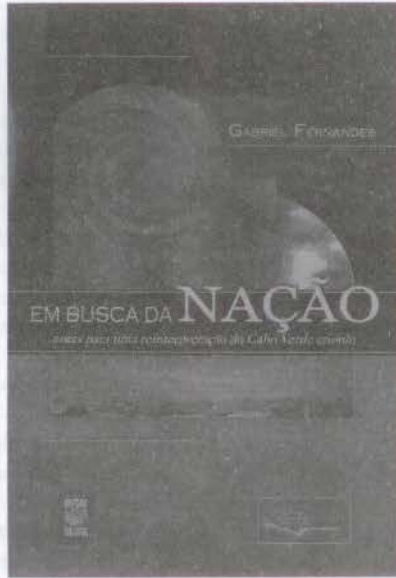


Em busca da nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo

Autor: Gabriel Fernandes

Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, 285 pgs.



Augusto Nascimento

Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa

Estamos perante um livro que revisita a génese da nação cabo-verdiana. O autor traça de forma sistemática a evolução da construção do nacionalismo cabo-verdiano até aos nossos dias. A singularidade do nacionalismo cabo-verdiano é deduzida da abordagem teórica – os nacionalismos não têm de decorrer de um modelo central, de resto, teorizado mas nunca verificado plenamente em nenhuma experiência nacionalista – e, acto contínuo, comprovada no plano factual.

Contra a ideia do carácter mimético e derivado dos nacionalismos africanos, FERNANDES fala-nos de um naciona-

lismo que brota da interacção e de lutas políticas na periferia colonial. O autor relativiza o poder colonial e nacional e, ao mesmo tempo, realça o peso desestruturador das estratégias subalternas nas colónias. Segundo ele, os nacionalismos nas ex-colónias remetem, não tanto para os “nacionalismos centrais”, quanto para as práticas coloniais e anti-coloniais. Foram estas que forjaram a nação e o nacionalismo, é a partir delas que nação e nacionalismo são inteligíveis. Na criação do nacionalismo cabo-verdiano, o autor destaca os contributos das gerações nativista, claridosa e africanista, a que acrescenta as sucessivas modelações no

pós-independência e, por fim, as possibilidades e as incertezas carreadas por uma criouliização cosmopolita.

No plano conceptual, este livro aduz contributos assaz sugestivos. Por exemplo, contém uma pertinente discussão da noção de proto-nacionalismo e de proto-nacionalistas, noção por muito tempo tributária de uma visão linear do trajecto das colónias rumo à independência e de perspectivas historiográficas que explicavam e, sobretudo, qualificavam os actores históricos em razão da proximidade temporal da sua existência com o momento da independência. Segundo FERNANDES, não existe vínculo significativo entre as lutas emancipatórias dos proto-nacionalistas de inícios do século XX e a dos independentistas a partir da década de 50. Por exemplo, o vínculo nacional lusitano nunca foi posto em causa pelos proto-nacionalistas, cuja luta não era contra a nação portuguesa mas contra a sua expressão colonial. Logo, o conceito proto-nacionalista é inaplicável no sentido de premonitório do nacionalismo africano.

O autor foca a criouliização – uma categoria politicamente significativa e com valor heurístico – enquanto veículo de emancipação. Ele atém-se não tanto à formação da sociedade crioula quanto à “criouliização em acção”, isto é, ao impacto sobre os auto-conceitos dos grupos dominante e dominado e à consequente desestruturação simbólica dos esquemas classificatórios da sociedade colonial. Salienta, todavia, a fragilidade da criouliização enquanto marco identitário e recurso mobilizatório, mormente no período da insurgência armada contra o colonialismo.

Estes contributos, decorrentes de uma interpretação poderosamente construída, bastam para tornar este texto uma obra de referência para estudos futuros. Por isso mesmo, talvez valha a pena expor algumas interrogações, porventura injustas, porquanto os livros são muito mais finitos do que a história e a vida.

Dir-se-ia que falta história a este livro. Todo o percurso é muito racionalizado, há pouco lugar para a afectividade (talvez porque irracional) e para as contingências históricas. Os processos de diferenciação no seio dos cabo-verdianos não são focados, escasseia o espaço para as contradições induzidas pelas circunstâncias imediatas, da vida, como se não houvesse acidentes, dúvidas, como se, para além de crescentemente cabo-verdianos, os actores históricos não fossem sobretudo homens.

É certo, o autor adverte-nos contra o desvirtuamento da história, subjacente à tentativa de, a posteriori, forçar as produções culturais para as tornar convergentes com o paradigma nacionalista definido de forma redutora, prejudicial à compreensão dos processos sociais nos quais os diversos actores construíram suas práticas e se orientaram reflexivamente, tentando alterar as condições de existência. Noutros termos, e segundo FERNANDES, as pessoas não precisam de coincidir com a nação em toda a sua extensão política-ideológica e, acrescentaria eu, cultural, social, etc.

E, todavia, neste livro, o percurso dos cabo-verdianos é feito de razão ou de expedientes cuja racionalidade (ao tempo, intuitiva?) vem a ser descortinada à posteriori. Ora, embora deva ter conhecido facetas assaz contraditórias, o processo de maturação da nação cabo-verdiana aparece-nos como globalmente congruente e inevitável. Nesta senda, por exemplo, para FERNANDES, a identificação com o colonizador provinha menos de um tipo de disfunção sócio-psicológica do que de “uma bem urdida estratégia de questionamento dos padrões hierarquizantes”. Porque é que a identificação com o colonizador haveria de provir de uma disfunção sócio-psicológica? Para se rebater tal asserção amiúde veiculada pelo ideário colonialista em meados do século XX a propósito dos mestiços? A questão é a que tudo nos aparece extremamente racionalizado e “urdido”, não havendo lu-

gar para a afectividade, para o impulso, para a contingência. Por exemplo, é difícil crer que a afirmação de portuguesismo fosse a todo o momento calculada e pensada como um recurso negocial, o que significaria atribuir aos cabo-verdianos uma clarividência ímpar. Diferentemente, ao focarmos as práticas de recorte emancipatório dos colonizados até à II Guerra, seria porventura mais prudente falar de expedientes do que estratégias.

Dúvidas deste tipo poderiam ser formuladas a propósito de outras asserções: algumas das revoltas referidas como facetando a nação seriam assim qualificadas se não tivesse havido independência? Ou, tendo sido abertamente independentistas, terão tido peso no caminho da independência?

O livro fala-nos das elites e não necessariamente do conjunto da população, facto para o qual somos, aqui e além, alertados. Todavia, dada a porosidade cultural em Cabo Verde, os desígnios das elites são tomados como permeando todo o tecido social. Embora essa porosidade seja notável, este pressuposto merece escrutínio: em certos momentos da história há sinais nesse sentido (por exemplo, a adesão a figuras da terra ou o suporte a Eugénio Tavares), noutras essa porosidade é menos evidente.

Assim, apesar da porosidade da sociedade cabo-verdiana, o nacionalismo foi um projecto de elites. Talvez também por isso, no pós-independência as clivagens sociais não se cingiram só ao recorte simbólico da nação, nem se ativeram apenas à difusão socialmente incompleta do projecto nacionalista. Sendo, sem dúvida, equilibrada, a abordagem do autor não será crua o suficiente, mormente no tocante à reprodução dos vários sentimentos “da rua” de apego e/ou desamor em relação às várias derivas políticas. E, na linha do que o autor nos diz sobre múltiplas pertenças, nem todos esses sentimentos podem ser filtrados ou reduzidos às abundantes elaborações

acerca da identidade e da nação cabo-verdianas.

A propósito de Cabral, FERNANDES deixa perceber que, além de denotar uma preocupação humanista, não existia naquele líder “um apego ingénuo ao lugar e à tradição”. Para Cabral, o “homem novo” devia encontrar as “vias culturais” que o tornassem “cidadão do mundo”. Nenhum leitor comum contrariará esta asserção, mas arriscaria dizer que, considerados os duros condicionalismos da guerra, é difícil aceitá-la. Note-se, todavia, que a leitura de FERNANDES não é acrítica, pois recusa a ideia um pai para a nação cabo-verdiana: seja como corpo social, seja como comunidade imaginada, baseada em vínculos subjectivos ou em laços históricos, a nação não pode ser gerada a partir do nada por alguém ou sequer por um grupo.

Estamos, então, de volta às condições de uma construção da nação que, já se viu, nunca existiram plenamente em nenhuma experiência nacionalista. À pertinência desta nota metodológica contraporíamos as reticências suscitadas pela asserção sobre a utilização, noutras colónias, de aportes culturais endógenos como importante marco diferencial de uma subjectividade africana oponível ao Estado colonial. Na realidade, é duvidoso que os aportes culturais endógenos tenham sido contrapostos aos Estados coloniais ou, nesse caso, que tal tenha sido politicamente decisivo. Convenhamos, quando se faz uma leitura a um tempo tão abrangente e tão sintética, incorre-se neste tipo de generalizações, afinal de contas, para melhor se dar a compreender o caso de Cabo Verde. Diga-se, o que importa ao autor é o arquipélago, onde o pleito por uma nova configuração política teve de buscar a sua base de sustentação em realidades sociopolíticas e referenciais identitários exógenos. Assim, em Cabo Verde, a opção africanista retomou e exacerbou a dinâmica de congelamento nacional da cultura crioula, tendo a Guiné passado a ser o locus físico e África a

referência espiritual das lutas ditas nacionalistas cabo-verdianas.

FERNANDES vai longe, negando as evidências da existência um nacionalismo inequivocamente cabo-verdiano. Segundo ele, mesmo quando se fala de Baltasar Lopes ou de Amílcar Cabral, as suas acções e produções tiveram expressão e ganharam visibilidade dentro de um quadro político que ultrapassava a realidade nacional(ista) cabo-verdiana. Assim sendo, não se reduzindo a um decalque dos modelos do centro, o nacionalismo cabo-verdiano também se constrói da relação externa.

Resta uma dúvida: se no bojo de um excelente mapeamento dos condicionamentos, limites, contradições, avanços de sucessivas gerações – e, bem assim, da

propensão translocalista e da ética cosmopolita – não se insinuará a ideia de que o desenlace político da evolução do multissecular colonialismo só podia ter sido o que foi por consonante com o cúmulo identitário forjado ao longo de gerações? Ora, alguns dirão que a nação, tornada referência suprema de todas as lealdades na história recente, é, para além de facilmente instrumentalizável, muito mais volátil do que comumente se aceita. A ética cosmopolita gerada pela crioulização servirá, como o sugere o autor, para responder ao desafio que aqui se insinua?

À guisa de comentário final, este livro é uma obra incontornável, que certamente apoiará e sugerirá muitas outras investigações sobre a génese da nação cabo-verdiana.